



Eleições Gerais em Moçambique - As eleições gerais de 15 de outubro em Moçambique foram das mais importantes desde que o país alcançou a democracia multipartidária. Este processo decorreu após mais de um ano e meio de conflito armado entre as forças governamentais e a RENAMO. [Pag 2/3](#)

Eleições Gerais em São Tomé e Príncipe - As eleições legislativas, autárquicas e regionais em São Tomé e Príncipe, que tiveram lugar no passado dia 12 de outubro, ficaram marcadas por uma grande tensão no período pré-eleitoral devido ao conflito entre o Presidente da República e o principal partido da oposição. [Pag 4/5](#)

Índice Ibrahim 2014 - Na edição de 2014 do Índice Ibrahim de Governança Africana, os países lusófonos não viram as suas posições melhorarem. Moçambique perdeu alguns lugares. Angola também desceu na tabela, tal como a Guiné-Bissau, que está entre os países que mais piorou. Cabo Verde é o melhor entre os PALOP. [Pag 5/6](#)

CPLP nomeia novo representante na Guiné Bissau - A CPLP nomeou o diplomata cabo-verdiano António Pedro Alves Lopes como seu Representante para a Guiné-Bissau. [Pag 6](#)

Angola será o maior produtor de petróleo africano em 2016 - De acordo com as previsões da Agência Internacional de Energia (AIE), apresentadas no African Economic Outlook¹, Angola vai superar a Nigéria e tornar-se no maior produtor africano de petróleo a partir de 2016. [Pag 7](#)

Angola no Conselho de Segurança da ONU - Angola foi eleita, em outubro, membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU para um mandato de dois anos. [Pag 8](#)

Boko Haram aceita libertar raparigas sequestradas - Grupo extremista, que reivindica um califado islâmico no norte do país, chegou a um entendimento com governo de Abuja para interromper atentados e libertar as 219 estudantes sequestradas desde abril. [Pag 8/9](#)

Censo Angola 2014 - Pela primeira vez, desde 1970, Angola realizou um censo à sua população. Participaram 80 mil jovens angolanos, os quais recolheram informação junto da população sobre as condições de vida dos habitantes. [Pag 9](#)

Tensões eleitorais no Botswana - O Botswana destacou-se no cenário africano por ter conseguido, desde a sua independência, em 1966, manter a estabilidade política. [Pag 10](#)

Apoio da UE à Região do Corno de África - A Comissão Europeia anunciou, em finais de outubro, que vai disponibilizar, entre 2014 a 2020, ao abrigo do XI Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), cerca de 3 mil milhões de euros para a região do Corno de África. [Pag 11](#)

Zâmbia passa a ter Presidente Branco - Após o falecimento do Presidente zambiano Michael Sata, a 29 de outubro em Londres, o seu Vice-Presidente Guy Scott foi nomeado Presidente. A novidade desta transição é o facto do agora Presidente ser branco, num país de 13 milhões de habitantes em que apenas 40 mil são brancos. [Pag 11](#)

Mudança de Poder no Burkina Faso - O Burkina Faso entrou numa onda de grande instabilidade quando o Presidente Blaise Compaoré anunciou que pretendia candidatar-se a novo mandato depois de já estar no poder há 27 anos. [Pag 12](#)

¹ <http://www.iea.org/publications/freepublications/publication/africa-energy-outlook.html>



Eleições Gerais em Moçambique

■ Luís Castelo Branco

As eleições gerais de 15 de outubro em Moçambique foram das mais importantes desde que o país alcançou a democracia multipartidária. Este processo decorreu após mais de um ano e meio de conflito armado entre as forças governamentais e a RENAMO. O acordo, que viabilizou a participação da RENAMO neste ato eleitoral e que pôs fim ao conflito, apenas foi alcançado a 5 de setembro.

Apesar do acordo alcançado, a campanha eleitoral foi marcada por fortes tensões e conflitos entre os partidários das principais forças políticas, FRELIMO, RENAMO e MDM.

Outro elemento importante nestas eleições teve a ver com os candidatos presidenciais. Se a RENAMO e o MDM apresentavam os seus candidatos habituais, Afonso Dhlakama e Daviz Simango, a FRELIMO apresentou um novo candidato, por impossibilidade do Presidente Armando Guebuza candidatar-se a um novo mandato.

A escolha da FRELIMO recaiu sobre Filipe Nyussi, um membro mais novo do partido e sobre o qual havia dúvidas sobre as suas capacidades de, por um lado unir o partido e, por outro, atrair os eleitores descontentes. Nas últimas eleições autárquicas ficou bem patente o descontentamento entre a população urbana e jovem em relação à FRELIMO, especialmente em Maputo e na Matola, que deram um apoio significativo ao MDM de Simango.

Relativamente às eleições presidenciais, o Conselho Constitucional de Moçambique apenas validou as candidaturas dos três maiores partidos do país, FRELIMO, RENAMO e MDM, tendo recusado outras oito por não preencherem os requisitos legais.

As restantes candidaturas submetidas ao Conselho Constitucional foram recusadas por não terem conseguido reunir um total de dez mil assinaturas de eleitores registados e reconhecidas pelo notário. João Massango, Yaqub Sibindy, Cornélio Quivela, Miguel Mabote, Caetano Sabile, Eduardo Pintane e Manuel dos Santos Pinto foram os candidatos que ficaram de fora da votação.

Para as legislativas, foram aceites 30 das 34 candidaturas de partidos e coligações submetidas à Comissão Nacional de Eleições.

Das formações políticas concorrentes, apenas os três principais partidos concorreram nos 11 círculos eleitorais nacionais e nos dois da diáspora, nomeadamente, África e Resto do Mundo, uma vez que as

restantes forças políticas inscreveram-se apenas em alguns círculos eleitorais ou foram impedidos de concorrer em todo o território nacional e na diáspora, pelos órgãos eleitorais, por falta de requisitos.

Apesar de estar previsto que a campanha eleitoral decorresse nos 11 círculos eleitorais internos e dois da diáspora, grande parte das ações ficou concentrada no norte e centro do país, uma vez que estas duas regiões albergam os dois maiores círculos eleitorais e onde se concentram a maioria das 10.7 milhões de eleitores.

A província de Nampula, norte do país, é o maior círculo eleitoral, com 49 dos 250 assentos da Assembleia da República, e a Zambézia, no centro, segue em segundo, com 43 assentos.

A decisão da RENAMO e do seu líder de participarem nestas eleições foi motivo de alívio para o país, pois significou um regresso à normalidade e o afastamento do fantasma da guerra. Para a FRELIMO a entrada da RENAMO na corrida eleitoral acabou por ser favorável para quebrar o poderio do MDM e de Daviz Simango, já que, sozinho na oposição, este partido poderia repetir os bons resultados alcançados nas últimas eleições autárquicas.

Apesar das eleições terem contado com diversas missões de observação internacionais, nomeadamente da UE, da União Africana, da CPLP, da Commonwealth, e de missões nacionais, oriundas, nomeadamente, da Liga Moçambicana de Direitos Humanos, do Centro de Integridade Pública e do Fórum da Mulher, a oposição acusou a FRELIMO de fraudes e resistiu a aceitar os resultados.

Estas acusações foram especialmente feitas pela RENAMO e por Afonso Dhlakama que acusaram o governo de ter patrocinado irregularidades em várias zonas do país.

Na realidade, foram registadas várias irregularidades relacionadas com a abertura tardia de mesas de voto, preenchimento irregular ou ausência de atas eleitorais, falta de material eleitoral e anomalias na contagem dos votos. Apesar destes problemas, a diferença de votos entre os candidatos presidenciais e os partidos que os apoiavam foi tão elevada que, mesmo que tenham acontecido essas irregularidades, o resultado final não seria diferente, ou seja, a eleição de Filipe Nyussi para Presidente do país e a vitória da FRELIMO com maioria absoluta.



Apesar da constatação ao processo eleitoral, a RENAMO conseguiu ter um bom resultado, pois havia a grande dúvida se o eleitorado iria, ou não, castigar e culpar o movimento de Dhlakama de ter sido o principal responsável pelo conflito que atingiu o país. Durante a campanha eleitoral já tinha sido visível que o líder da RENAMO gozava de uma enorme popularidade no país. Dhlakama chegou mesmo a vencer em algumas províncias, como foi o caso de Tete, Sofala, Zambézia e Nampula.

Daviz Simango, apesar de ter levado o MDM a duplicar o seu resultado eleitoral, ficou aquém daquilo que se esperava dele em termos das presidenciais. A entrada da RENAMO e do seu líder nestas eleições enfraqueceu o MDM que deixou de aparecer como a única opção de alternativa à FRELIMO. Tanto a RENAMO como o MDM disputam o mesmo eleitorado o que, em última instância, só favoreceu a FRELIMO.

Apesar de rejeitar os resultados eleitorais, Dhlakama anunciou a sua intenção de não regressar às armas e ficar em Maputo para estar mais perto das Embaixadas. A sua estratégia passaria pela contestação através dos canais judiciais próprios.

Para o líder da RENAMO a resolução deste impasse passava pela criação de um governo de unidade nacional, solução adotada em outros países africanos em situações de impasse idênticas. Ele estava-se a referir ao governo de unidade nacional criado no Quênia após as disputadas eleições de 27 de Dezembro de 2007.

Nessa ocasião, o Presidente Mwai Kibaki, do Partido de Unidade Nacional, foi declarado vencedor da eleição presidencial, mas o candidato da oposição Raila Odinga, do Movimento Democrata Laranja, promoveu protestos em massa para contestar os resultados, alguns dos quais tornaram-se bastante violentos. Finalmente, em abril de 2008, foi firmado o acordo para a formação do governo de unidade nacional com Kibaki como presidente e Odinga como primeiro-ministro.

Curiosamente, Raila Odinga foi o líder da missão de observação eleitoral que o Electoral Institute of Southern Africa (EISA) enviou para Moçambique. Na sua apreciação aos resultados eleitorais em Moçambique, Odinga encorajou todos os candidatos e partidos a recorrerem aos mecanismos legalmente disponíveis para resolver quaisquer disputas que possam surgir na sequência dos resultados das eleições.

Após 15 dias de alguma tensão, a Comissão Nacional de Eleições (CNE) apresentou, a 30 de outubro, os resultados finais. O processo foi lento porque foi necessário reavaliar 700 mil votos que tinham sido considerados inválidos, dos quais a CNE requalificou 178.978 votos.

Os resultados finais deram a vitória, com maioria absoluta, à FRELIMO que venceu as eleições gerais com 57,6% dos votos e o seu candidato, Filipe Nyussi, ganhou as presidenciais com 57%. A RENAMO obteve 35,6% nas legislativas e o seu líder, Afonso Dhlakama, 36,6% nas presidenciais. O MDM alcançou 6,8% dos votos nas legislativas e o seu líder obteve no Parlamento e 6,3% nas presidenciais.

Face a estes resultados, a FRELIMO elegeu 144 deputados, menos 47 do que na anterior legislatura. A RENAMO aumentou o seu número de deputados de 51 para 89 mandatos e o MDM passou de 8 para 17. A abstenção foi de 51,5% nas legislativas e de 51,3% nas presidenciais.

Ao nível das eleições para as Assembleias Provinciais, a FRELIMO obteve 59,8% o que correspondeu a 485 mandatos, a RENAMO alcançou 36,3%, o que lhe permitiu ter 295 mandatos e o MDM obteve 3,8% dos votos e 31 mandatos.





Eleições Gerais em São Tomé e Príncipe

As eleições legislativas, autárquicas e regionais em São Tomé e Príncipe, que tiveram lugar no passado dia 12 de outubro, ficaram marcadas por uma grande tensão no período pré-eleitoral. A principal causa desta tensão foi o conflito aberto entre o Presidente da República, Manuel Pinto da Costa, e o principal partido da oposição, a Aliança Democrática Independente (ADI) de Patrice Trovoada.

Devido a acusações de desvio de fundos, enquanto era Primeiro-Ministro, Patrice Trovoada preferiu manter-se em Portugal desde a altura que abandonou o cargo. A justificação para esta sua ausência prolongada do país foi o facto de considerar que estava a ser alvo de uma perseguição por motivos políticos.

Paralelamente, o ato eleitoral foi marcado pelo aparecimento de mais partidos políticos, surgidos de dissidências dos existentes e que poderiam complicar as contas para um futuro governo maioritária. Foi o caso do Partido da Estabilidade e Progresso Social (PEPS) do antigo primeiro-ministro e destacado membro do MLSTP, Rafael Branco. Outra novidade foi a Plataforma Nacional de Desenvolvimento (PND), movimento nascido em agosto passado e liderado por António Quintas, um dissidente do MLSTP.

O país chegou a este ato eleitoral com um governo, liderado por Gabriel da Costa, muito enfraquecido e com dificuldades em obter os meios para financiar o processo eleitoral, o que só foi possível recorrendo ao apoio dos principais parceiros de cooperação de São Tomé e Príncipe.

Do ponto de vista logístico, estas eleições representaram um grande desafio, porque, pela primeira vez, tiveram lugar em simultâneo estes três atos eleitorais. No que diz respeito às eleições legislativas enfrentaram-se 12 forças políticas que disputaram entre si os 55 lugares na Assembleia Nacional. No caso das eleições regionais concorreram três partidos, o MLSTP, a ADI e União para a Mudança e Progresso do Príncipe do atual Presidente Tozé Cassandra.

As eleições autárquicas decorreram em cinco Câmaras Municipais: Água Grande, onde se situa a capital São Tomé, Mé-Zochi, Cantagalo, Lembá e Caué.

Apesar de concorrerem 12 partidos, apenas alguns tinham verdadeira expressão nacional, nomeadamente o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe /Partido Social Democrata (MLSTP/

PSD), liderado por Jorge Amado; Ação Democrática Independente (ADI), liderado por Patrice Trovoada; Movimento Democrático Força de Mudança – Partido Liberal (MDFM-PL), liderado por Fradique de Menezes; Partido da Convergência Democrática (PCD), liderado por António Quintas, Partido da Estabilidade e Progresso Social (PEPS), liderado por Rafael Branco e a Plataforma Nacional para o Desenvolvimento (PND) liderado por António Quintas.

Patrice Trovoada regressou ao país, a 3 de outubro, para encabeçar a campanha da ADI, após ter estado ausente do país por mais de dois anos. A sua chegada foi envolta em alguma polémica. Por um lado, por se ter deslocado num avião particular posto à sua disposição por Angola e, por outro, por se ter feito acompanhar de quatro deputados portugueses que consideravam que a democracia santomense estava a ser posta em causa.

Quem também regressou à vida política ativa foi o antigo Presidente da República Fradique de Menezes, o qual se candidatou através do seu partido o MDFM/PL. Fradique de Menezes pretendia capitalizar a sua experiência enquanto Presidente da República para regressar à vida política ativa.

Os resultados eleitorais de 12 de outubro, onde houve uma participação de 74% dos eleitores, deram a vitória, por maioria absoluta, à ADI de Patrice Trovoada que obteve 33 dos 55 deputados. Em segundo lugar ficou o MLSTP que conquistou 16 mandatos, o PCD surge em terceiro lugar com 5 mandatos e a União para o Desenvolvimento Cidadania e Democracia (UDD), do até agora Primeiro-Ministro Gabriel Costa, vai estar presente, pela primeira vez, na Assembleia Nacional com 1 mandato. De fora do novo parlamento fica o MDFM-PL de Fradique de Menezes. As duas novas formações políticas, o PEPS e PND, não conseguiram eleger qualquer deputado.



Índice Ibrahim 2014

Resultados Finais das Eleições de Outubro 2014 ²	
Partido	Votação
ADI	38,01% (35.267 votos)
CODO	0,11% (98 votos)
FDC	0,10% (95 votos)
MDFM-PL	2,39% (2.217 votos)
MLSTP-PSD	17,86% (16.573 votos)
MS	0,07% (68 votos)
PCD	7,91% (7.342 votos)
PEPS	1,78% (1.655 votos)
PND	2,38% (2.207 votos)
UDD	1.252% (1.252 votos)
UNDP	0,18% (163 votos)
Votos brancos	783
Votos Nulos	1.651

O MLSTP foi o grande derrotado destas eleições. De eventual vencedor destas eleições, o MLSTP não só conseguiu os seus intentos como viu a sua representação parlamentar descer dos 21 deputados para 16. Também o PCD sofreu uma perda de deputados, passando dos 7 para os atuais 5 deputados.

A ADI passou de 26 deputados para 33 alcançando a maioria absoluta tão desejada por Patrice Trovoada.

A vitória da ADI também atingiu o poder local. O MLSTP perdeu as Câmaras de Lembá, Cantagalo e Lobata. A ADI reforçou a sua posição nas Câmaras de Água Grande e Mé-Zochi e ganhou as de Cantagalo e Lobata. O MLSTP conseguiu apenas ganhar em Caué no sul do país e a UDD venceu em Lembá.

Nas eleições regionais do Príncipe, manteve-se tudo na mesma. A União para Mudança e Progresso do Príncipe (UMPP) de José Cassandra conseguiu eleger 5 deputados a Assembleia Regional, e o MLSTP arrebatou outros dois mandatos. ADI que concorreu sozinho para as regionais, não conseguiu eleger qualquer deputado para o parlamento da região autónoma do Príncipe.

² Supremo Tribunal de São Tomé e Príncipe.

Na edição de 2014 do Índice Ibrahim de Governança Africana, os países lusófonos não viram as suas posições melhorarem. Moçambique perdeu alguns lugares fruto da situação de insegurança que se viveu no país devido ao confronto armado entre a RENAMO e o governo moçambicano. Angola também desceu na tabela, tal como a Guiné-Bissau, que está entre os países que mais piorou. Cabo Verde é o melhor entre os PALOP.

Cabo Verde continua a ser o melhor entre os países lusófonos na avaliação do Índice Ibrahim, que se baseia na análise a fatores como a educação, a saúde, a segurança, os direitos humanos, o desenvolvimento e a economia de 52 países. Cabo Verde ficou em segundo lugar apenas atrás das Ilhas Maurícias.

Cabo Verde somou uma pontuação de 76,6 pontos na avaliação geral dos diferentes critérios, que estão agrupados em quatro categorias: Segurança e Estado de Direito; Participação e Direitos Humanos; Oportunidade Económica Sustentável; e Desenvolvimento Humano.

O arquipélago tem uma ótima avaliação em termos de segurança e funcionamento da lei e justiça, na área da participação cívica e direitos humanos e no bem-estar, nomeadamente no acesso à segurança social.

Porém, recebeu notas menos boas na avaliação às infraestruturas, administração pública, à segurança pessoal e às condições oferecidas às empresas privadas.

São Tomé e Príncipe continua a progredir na avaliação, mas perdeu um lugar na tabela e caiu para o 12º posto.

Sobretudo devido à maior insegurança registada em Moçambique, por causa do conflito entre o governo e a RENAMO, o país recuou duas posições no Índice e está agora em vigésimo segundo lugar.

Angola também inverteu a tendência dos últimos anos de subida e desceu para o lugar 44º na lista. A Guiné-Bissau, no 48º lugar, caiu para o grupo dos cinco piores entre os países avaliados.

A Fundação Mo Ibrahim, homónima do empresário que a criou em 2006, apoia a boa governação e a liderança em África. Todos os anos, elabora o Índice Ibrahim, para informar e ajudar cidadãos, sociedade civil, parlamentos e governos a medir o progresso.



Segundo o Índice de 2014, as melhorias económicas estão a contribuir menos para o progresso do continente. Por outro lado, a governação tem melhorado na maioria dos países, o que implica também uma melhoria de vida das populações.

Segundo os dados do índice de 2014, as melhorias na governação têm-se feito sentir, sobretudo em países, que ocupam as posições mais baixas na tabela, como é o caso da Costa do Marfim, a Guiné Conacri, o Níger e o Zimbábue. Os motivos para estas alterações devem-se ao facto de os conflitos que atingiram estes países, e que agravaram a sua situação interna, terem sido resolvidos.

O Egito, fruto da instabilidade interna, foi o país com pior desempenho desde 2009, caindo para o 46º lugar na lista de 52 países. No fundo da classificação estão a Somália, a República Centro-Africana, a Eritreia, o Chade e a Guiné-Bissau.

Quanto ao vencedor do prémio que distingue a boa governação em África, que até agora era anunciado juntamente com o índice, só deverá ser conhecido em fevereiro de 2015. Ainda não se sabe se haverá ou não um vencedor. Em mais de metade dos anos, o prémio não foi atribuído devido à falta de candidatos adequados.



CPLP nomeia novo representante na Guiné Bissau

A CPLP nomeou, em outubro, o diplomata cabo-verdiano António Pedro Alves Lopes como seu Representante para a Guiné-Bissau. Alves Lopes substituiu o brasileiro Carlos Moura, que exerceu estas funções de janeiro a julho de 2014 e que abandonou o cargo por razões de saúde.

António Alves Lopes desempenhava, desde há quatro anos, as funções de assessor político-diplomático no Secretariado Executivo da CPLP.

Como representante da CPLP, Alves Lopes terá como missão acompanhar, no terreno, a evolução do período pós-eleitoral na Guiné-Bissau e a promoção da articulação com outras organizações parceiras, tais como as Nações Unidas, a União Africana, a CEDEAO e a União Europeia.

Na Guiné-Bissau, o representante especial da CPLP vai ainda seguir regularmente a situação interna e a manutenção de um quadro de concertação e interação com o governo e os parceiros internacionais e regionais sobre a assistência internacional ao processo de normalização política e institucional.



Angola Será o maior produtor de petróleo africano em 2016

De acordo com as previsões da Agência Internacional de Energia (AIE), apresentadas no African Economic Outlook³, Angola vai superar a Nigéria e tornar-se no maior produtor africano de petróleo a partir de 2016.

Depois de algum período de estagnação, Angola deverá atingir os 2 milhões de barris diários. Este crescimento da produção petrolífera angolana deverá manter-se constante até 2023, ano em que a produção deverá ficar próxima dos 3 milhões de barris por dia, muito à custa de novas descobertas no pré-sal.

Embora a Nigéria tenha a maior base petrolífera na África subsariana, diversas circunstâncias vão ter consequências diretas na sua produção. Uma das principais será a questão securitária que tem vindo a pôr em causa a produção nigeriana. Nomeadamente a situação no sul, no Delta do Níger, tem ameaçado a produção petrolífera, à qual se junta a má manutenção das infraestruturas petrolíferas e os desvios da produção.

Neste relatório, a AIE afirma que a África Subsariana é rica em recursos energéticos mas muito pobre em fornecimento de energia. Tornar amplamente disponível uma energia fiável e a preços acessíveis é fundamental para o desenvolvimento desta região, que representa 13% da população mundial, mas que utiliza apenas 4% da energia global. Desde 2000, a África Subsariana tem registado um crescimento económico rápido, tendo a procura de energia aumentado 45%.

O panorama é muito variável entre países africanos, mas no conjunto da África Subsariana, apenas 290 milhões de pessoas, num total de 915 milhões, têm acesso à eletricidade, tendo o número de pessoas sem acesso vindo a crescer. Os esforços com vista a promover a eletrificação têm-se acelerado; no entanto, são ultrapassados pelo ritmo de crescimento da população.

A enorme escassez de infraestruturas essenciais de eletricidade prejudica os esforços para atingir um desenvolvimento social e económico mais rápido. Para a minoria que dispõe atualmente de acesso à rede, o abastecimento não é fiável em muitos casos e necessita frequentemente recorrer a geradores privados de apoio, que são muito onerosos.

Apesar das enormes riquezas energéticas africanas, é necessário que haja políticas corretas no sector energético para estas potencialidades tenham resultados práticos na melhoria de vida das populações africanas. Nesse sentido, e para que em 2040 haja uma clara melhoria da situação energética em África é necessário promover a interligação de três medidas:

Serão necessários investimentos na ordem dos 450 mil milhões USD adicionais no setor da eletricidade, reduzindo para metade os cortes de abastecimento e realizando o acesso universal à eletricidade nas zonas urbanas;

Uma cooperação e uma integração regional mais intensas, facilitando novos projetos de grande porte no domínio da geração e da transmissão e permitindo a subsequente expansão do comércio transfronteiriço;

Uma melhor gestão dos recursos e dos rendimentos, através da adoção de processos robustos e transparentes que permitam uma utilização mais eficiente dos rendimentos do petróleo e do gás.



³ <http://www.iea.org/publications/freepublications/publication/africa-energy-outlook.html>



Angola no Conselho de Segurança da ONU

Angola foi eleita, em outubro, membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU para um mandato de dois anos, o qual se iniciará a 1 de Janeiro de 2015. A eleição teve lugar durante a XXV^o plenário da Assembleia-Geral das Nações Unidas, que se reuniu para escolher os cinco países que vão ocupar os lugares do Ruanda, Argentina, Luxemburgo, Austrália e Coreia do Sul, países que terminam este ano os seus mandatos no Conselho de Segurança

Os 193 membros da Assembleia-Geral das Nações Unidas elegeram Angola com 190 votos, a Venezuela com 181, a Malásia com 187 e a Nova Zelândia com 145. A eleição de Angola, que precisava apenas de dois terços dos votos (128), não foi surpresa, uma vez que era o único concorrente ao lugar destinado a África. O que há a realçar é a quantidade de votos favoráveis que Angola obteve.

De modo semelhante, a Venezuela ocupou, sem oposição, o lugar para a América Latina e Caraíbas, enquanto a Malásia não teve rivais para o assento da Ásia-Pacífico.

No grupo da Europa Ocidental e Outros, um dos dois lugares foi atribuído à Nova Zelândia. A Espanha obteve o quinto assento em disputa, após garantir uma larga vantagem face à Turquia. A candidatura espanhola obteve o apoio de 132 países na terceira ronda da votação, com a Turquia a garantir apenas 60 votos, num total de 193 países.

Angola é visto como um importante parceiro para apoiar os esforços das Nações Unidas na resolução de alguns conflitos em África, sendo reconhecida a sua capacidade atuação no seio da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), na Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), no Golfo da Guiné e na região dos Grandes Lagos.

Paralelamente, Angola poderá igualmente desempenhar um importante papel na coordenação das intervenções da ONU, União Africana e CPLP na resolução e conflitos africanos.

Angola desempenha, neste momento, um importante papel no apoio à resolução dos conflitos na República Democrática do Congo (RDC) e na República Centro Africana (RCA), estando a preparar um envio de um contingente militar para este último país.

Angola preside, desde janeiro de 2014, à Conferência Internacional para a Região dos Grandes Lagos (CIRGL), e, nessa condição, tem vindo a desenvolver uma série de iniciativas para coordenar a ação desta organização com a SADC e as Nações Unidas. Nesse sentido, o governo angolano convocou, a 20 de outubro, uma reunião em Luanda entre as estas três organizações com vista a preparar uma intervenção conjunta nas crises República Democrática do Congo (RDC) e na República Centro Africana (RCA).

Boko Haram aceita libertar raparigas sequestradas

Grupo extremista, que reivindica um califado islâmico no norte do país, chegou a um entendimento com governo de Abuja para interromper atentados e libertar as 219 estudantes sequestradas desde abril.

No dia 14 de abril, os extremistas do Boko Haram atacaram uma escola na cidade de Chibok e sequestraram 276 raparigas. Algumas delas conseguiram fugir. O sequestro provocou uma campanha nacional e internacional em condenação do sequestro e a favor da libertação das raparigas.

Os encontros secretos entre as duas partes tiveram lugar no Chade e foram vistos como um passo positivo no sentido de uma eventual normalização da situação no país. Embora este encontro e acordo tenham sido bem recebidos, nacional e internacionalmente, é ainda prematuro considerar que os mesmos poderão pôr fim à violência provocada pelo Boko Haram.

A verdade é que este movimento tem tentando implementar os seus ideias através da violência e não é certo que este acordo seja um primeiro sinal da mudança da sua estratégia de atuação. Para além disso, e apesar destas negociações, os dias que se seguiram à sua divulgação ficaram marcados por vários ataques do Boko Haram que



Censo Angola 2014

provocaram dezenas de vítimas em várias localidades do norte do país.

As dúvidas à volta do Boko Haram ainda são muitas. Ninguém sabe, ao certo, que tamanho tem o Boko Haram, nem quantos combatentes conta nas suas fileiras. Desconhece-se a sua estrutura interna e também não há informação concreta sobre quem apoia o movimento.

Apesar destas dúvidas, os ataques perpetrados pelo Boko Haram demonstram que o movimento tem forte capacidade de atuação e conta com poderosos meios. Esta realidade, aliada à incapacidade do exército nigeriano de lhe fazer frente, tem permitido ao movimento aumentar o seu poderio, nomeadamente, à custa da captura de material militar nigeriano.

A crescente força do Boko Haram, liderado por Abubakar Shekau, fez com que alguns países vizinhos da Nigéria, nomeadamente os Camarões, o Chade, o Benim e o Níger comesçassem a preocupar-se com as consequências destes ataques para a estabilidade regional e já concordaram na criação de unidades militares comuns para combater o Boko Haram quando este visa alvos para além das fronteiras da Nigéria.

Paralelamente, cresce a suspeita de que o Boko Haram não se financia apenas através de resgates, extorsões e assaltos a bancos, segundo o Presidente do Níger, Mahamadou Issoufou, há organizações não-governamentais nos países da região que sob o pretexto de apoiarem projetos pacíficos, poderão estar a financiar atividades do movimento radical nigeriano. Também há suspeitas, não confirmadas, que os países do Golfo Árabe também financiam as atividades do Boko Haram.

Apesar da disponibilidade para negociar, o governo nigeriano tem vindo, em paralelo, a aumentar a sua capacidade militar. Em setembro, o parlamento nigeriano aprovou uma verba de mil milhões de USD para reforçar a luta contra o Boko Haram.

A verba disponibilizada servirá para pagar o apoio russo, que está a treinar forças nigerianas, e a compra de material militar à República Checa, aviões de combate, e à Bielorrússia, helicópteros militares.

Pela primeira vez, desde 1970, Angola realizou um censo à sua população. A recolha de informação envolveu, durante o mês de maio passado, 80 mil jovens angolanos, os quais recolheram informação junto da população sobre as condições de vida dos habitantes, por exemplo sobre se têm acesso a água canalizada e eletricidade, ou se têm emprego.

Depois de recolhida a informação, a mesma está a ser trabalhada, esperando-se os resultados finais no segundo semestre de 2015. Em outubro foram apresentados os resultados preliminares.

No início do trabalho calculava-se que a população angolana rondaria e 21 milhões de pessoas. A realização deste primeiro censo à população, após a independência, foi sendo, sucessivamente, adiado devido à guerra civil e só agora o governo angolano considerou que estavam reunidas as condições para realizar este censo.

No último censo, realizado em 1970 ainda durante a administração colonial portuguesa, viviam em Angola 5,6 milhões de pessoas.

Em finais de outubro, o Ministro do Planeamento e Desenvolvimento Territorial de Angola apresentou os dados preliminares deste censo. De acordo com os dados recolhidos, a população de Angola ascende atualmente aos 24,4 milhões de pessoas. Este número faz com que Angola passe a ser o 12º país mais populoso de África, com uma população semelhante a países como o Gana, que tem 24,3 milhões de habitantes. Angola ultrapassou Moçambique cuja população ascende a 23.4 milhões de habitantes.

Ao nível provincial, Luanda é, de longe, a mais populosa, concentrando quase 27% da população angolana, com 6.5 milhões de pessoas⁴, tendo crescido quase 12 vezes mais desde 1970. Esta realidade explica-se, facilmente, devido aos fluxos migratórios internos provocados pela guerra civil que levaram muita gente a refugiar-se na capital. No último censo, Luanda contava apenas com 561 mil habitantes.

A seguir a Luanda, as províncias mais populosas são a Huíla, com 2.030.74 pessoas, o Huambo com 1.735.245 pessoas e o Uíge com 1.047.747 pessoas⁴.

A maioria da população angolana reside em zonas urbanas, 62%, fazendo com que o país tenha um claro desequilíbrio populacional entre províncias

⁴ http://censo.ine.gov.ao/xportal/xmain?xpid=censo2014&xpgid=provincias&provincias-generic-detail_qry=BOUI=10327808&actualmenu=10327808



Tensões Eleitorais no Botswana

O Botswana destacou-se no cenário africano por ter conseguido, desde a sua independência, em 1966, manter a estabilidade política. Os primeiros tempos pós-coloniais foram marcados pela presidência de Seretse Khama, o qual governou o país desde a independência até à sua morte em 1980, tendo sido substituído pelo seu Vice-Presidente Ketumile Masire.

O país tem realizado eleições regulares e o país é governado por um regime democrático estável o qual se apoia numa economia sustentada pelos proveitos da extração mineral.

Em 1998, após quatro mandatos, o Presidente, Ketumile Masire, do Botswana Democratic Party (BDP), retirou-se da vida política e foi substituído pelo Vice-Presidente, Festus Mogae. Em março de 2008, após dez anos na Presidência do país, Mogae afastou-se e foi substituído pelo Vice-Presidente Ian Khama, filho do primeiro Presidente.

Esta evolução política demonstra a estabilidade do país, o que é igualmente demonstrado pelas boas classificações que o Botswana alcança, quer no Índice Ibrahim de Boa Governança e nos dados divulgados pela Transparência Internacional.

Este clima de harmonia poderá agora estarem perigo devido à tensão existente à volta das eleições presidenciais realizadas a 24 de outubro. Nestas eleições era previsível a reeleição do atual Presidente Ian Khama com apoio do seu partido, o Botswana Democratic Party (BDP). Porém, Khama enfrentou os dois principais partidos da oposição, o Umbrella for Democratic Change (UDC), uma coligação de três partidos da oposição criada em 2012 e dirigida por um advogado líder dos direitos humanos, Duma Boko, e o Botswana Congress Party (BCP), liderado por um dos maiores críticos de Khama, Dumelang Saleshando.

No anterior parlamento, dos 57 lugares existentes, o BDP detinha 41 lugares, enquanto os outros partidos da oposição detinham, cada um, oito lugares. Porém, os atuais níveis de desemprego, que atinge quase 18% da população, e a desigualdade na distribuição da riqueza, fizeram com que existisse um forte descontentamento na população, nomeadamente nas zonas urbanas, que poderia alterar a configuração de forças no parlamento.

Contrariando a sua tradição de país estável e democrático, o Botswana viveu nos últimos meses períodos de grande tensão fruto

de ações de repressão, por parte das forças governamentais, contra os partidos da oposição e também contra os meios de comunicação social que criticavam a ação do governo.

Particularmente tensa foi a relação da UDC com o governo, devido à morte do Vice-Presidente desta coligação, Gomolemo Motswaledi, que sofreu, em julho, um acidente de carro que levantou muitas suspeitas se não teria sido um atentado.

As eleições deram a vitória de 24 de outubro de nova vitória ao BDP que obteve 33 dos 57 lugares no parlamento. Embora tenha perdido alguns deputados face às últimas eleições, manteve a maioria absoluta. O UDC subiu a sua votação e obteve 14 deputados. O BCP obteve apenas dois deputados.

Apesar do seu partido manter a maioria, e obter a sua reeleições, o Presidente Ian Khama não terá a tarefa facilitada, uma vez que as eleições demonstraram um forte apoio urbano aos partidos da oposição.



Apoio da UE à região do Corno de África

A Comissão Europeia anunciou, em finais de outubro, que vai disponibilizar, entre 2014 a 2020, ao abrigo do XI Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), cerca de 3 mil milhões de euros para a região do Corno de África.

Grande parte dos fundos agora disponibilizados será canalizada através de programas bilaterais com os países desta região. Nesse sentido, a Etiópia receberá 745 milhões de €, o Quênia receberá 435 milhões de €, a Somália terá 286 milhões de € e a parte do Djibuti será de 105 milhões de €.

Para além dos programas bilaterais, a UE também disponibilizará fundos para apoiar as organizações e iniciativas regionais. O objetivo destas intervenções é o de reforçar as instituições destes países, promover a cooperação económica e comercial, financiar operações de paz, fornecer ajuda humanitária e apoiar programas na área da cooperação para o desenvolvimento.

No que diz respeito à área da segurança, a UE irá continuar apoiar financeiramente a missão da União Africana na Somália, a AMISOM, e continuará a combater a pirataria no Golfo de Áden através da sua missão naval na área, a EU NAVFOR-Atalanta.

A estratégia da UE para região, refletida no documento Strategic Framework for the Horn of Africa, aprovado em 2011, aposta no diálogo político, promoção da integração regional e no desenvolvimento de parcerias com os países da região como forma de promover o desenvolvimento e estabilidade dos países desta região.

A UE é também um parceiro comercial importante com os países do Corno de África. Em 2013, as exportações da UE para esta região alcançaram os 4,8 mil milhões de €, enquanto as importações ascenderam a 2.3 mil milhões de €. Também no campo da ajuda humanitária a UE é um importante ator, tendo contribuído com mil milhões de €, desde 2011, para ajudar a enfrentar não só as adversidades climáticas, mas também fornecendo ajuda às populações afetadas pelos conflitos que assolam esta região.

Zâmbia passa a ter Presidente Branco

Após o falecimento do Presidente zambiano Michael Sata, a 29 de outubro em Londres, o seu Vice-Presidente Guy Scott foi nomeado Presidente. O processo é normal e já tinha sucedido no país após a morte, em 2008, do Presidente Levy Mwanawasa na sequência de um acidente vascular cerebral. A novidade desta transição é o facto do agora Presidente ser branco, num país de 13 milhões de habitantes em que apenas 40 mil são brancos.

Esta nomeação não deixa de ser histórica porque desde o fim do regime sul-africano do apartheid em 1994, e a substituição de Frederik de Klerk por Nelson Mandela à frente do país, que o continente não tinha um Presidente branco.

Guy Scott é um antigo fazendeiro cuja família sempre viveu na Zâmbia, e na antiga Rodésia do Norte, nome que o país tinha na época colonial. Só a cláusula de que só pode ser Presidente quem tenha uma ligação ao país que recue três gerações pode ser usada contra ele.

A cláusula das três gerações foi incluída na constituição zambiana em 1990 pelo então Presidente Frederik Chiluba que pretendia assim afastar da corrida presidencial o primeiro Presidente do país, Kenneth Kaunda.

Apesar de exercer o cargo de Vice-Presidente desde 2011, e de ter agora ascendido ao cargo de Presidente não é de prever que se venha a candidatar em futuras eleições. Que deverão ter lugar dentro de 90 dias.

Para concorrer às próximas presidenciais, o partido no poder, a Patriotic Front deverá apresentar o até agora Ministro da Defesa Edgar Lungu.



Mudança de Poder no Burkina Faso

O Burkina Faso entrou numa onda de grande instabilidade quando o Presidente Blaise Compaoré anunciou que pretendia candidatar-se a novo mandato depois de já estar no poder há 27 anos. Compaoré está no poder desde 15 de outubro de 1987, depois de levar a cabo um golpe de Estado em que o Presidente Thomas Sankara foi assassinado.

Desde 1991, o Presidente burkinês foi reeleito quatro vezes, primeiro para dois mandatos de sete anos e, depois, para dois mandatos de cinco anos.

Compaoré pretendia continuar na Presidência. Para tal, foi anunciado, 21 de outubro, um projeto de revisão da Constituição que aumentava de dois para três o número máximo de mandatos presidenciais de cinco anos. A população saiu em protestos no centro de Ouagadougou, a capital do Burkina Faso, esta intenção de Compaoré.

A onda de contestação, e de violência, foi aumentando até que as forças leais aos Presidente Compaoré o deixaram de apoiar. A 31 de outubro, Blaise Compaoré anunciou a sua demissão e partiu para o exílio na Costa do Marfim.

A chefia de Estado foi assumida pelo Chefe de Estado-Maior do exército do Burkina Faso, o General Honoré Traoré, o qual prometeu manter-se transitoriamente no poder até a realização e eleições presidenciais num prazo de 90 dias. Porém a situação ficou algo confusa quando o Tenente-Coronel Yacouba Zida, número dois da guarda presidencial, anunciou ter sido escolhido pelas militares para liderar o processo de transição. Aspeto curioso é que tanto Traoré como Zida foram homens de confiança do agora deposto Blaise Compaoré.

Não é de excluir que por detrás desta situação estejam interesses externos, nomeadamente dos EUA. O Burkina Faso tem sido, desde 2007, um importante aliado dos EUA no combate aos movimentos terroristas que atuam na região do Sahel. Existe uma base norte-americana no Burkina Faso a partir da qual operam tropas norte-americanas. Paralelamente, o Tenente-Coronel Zida recebeu formação militar nos EUA.

Perante o impasse sobre quem deveria liderar o país até à realização de novas eleições, os vários sectores optam por escolher uma personalidade civil, o diplomata Michel Kafando, para o cargo de Presidente interino do Burkina Faso. Kafando deverá dirigir o país até à realização de eleições que deverão ter lugar em novembro de 2015.



OBSERVATÓRIO DE ÁFRICA
Boletim da Fundação Portugal África

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA
Rua de Serralves
191 - 4150-706 Porto
Tel.: 22 532 03 10 - Fax.: 22 532 03 11
E-mail: geral@fportugalafrica.pt
www.fportugalafrica.pt

Ficha Técnica
Responsáveis pela edição
J. A. Azeredo Lopes
Luís Castelo Branco

Conceito Gráfico e Paginação
Porta de Comunicação

Tiragem
500 exemplares

Impressão
Gutengráfica
Depósito Legal: 223325/05